

O conceito de diáspora em tempo de globalização. A relação entre império, lusofonia e “portugalidade”: um contrassenso?

Vítor de Sousa - vitordesousa@gmail.com

(CECS-Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho - Portugal)

Resumo

O que significa falar, hoje, em diáspora? A dispersão, associada à origem do conceito, ainda serve de significado em tempo de globalização? Existe apenas uma ou várias diásporas? Com este artigo pretendemos observar a evolução do conceito de “diáspora” à luz da ideia de Said (1994) de que o fim do colonialismo não impediu que o imperialismo persistisse. Relacionamos as problematizações sobre diáspora feitas, entre outros, por Cohen (1997), Hall (1998), Bhabha (1998), Riggs (2000) e Morier-Genoud & Cahen (2013), chegando ao caso português e à ideia de lusofonia. A interculturalidade, que promove a interpenetração identitária, está patente na diáspora? O que acontece quando se associa a diáspora à “portugalidade”? Mesmo que se parta da ideia de que “o sentido é o uso” (Wittgenstein, 1958), a ‘naturalização’ de determinadas realidades, ideologicamente alinhadas, pode incrementar equívocos e impedir uma dimensão ética, que acontece quando o ‘outro’ entra em cena (Eco, 1997).

Palavras-chave: Diáspora, Império, Lusofonia, “portugalidade”, globalização.

Abstract

What is the meaning of Diaspora today? The notion of dispersion associated with the origin of the concept, has a meaning in the times of globalization? There is only one or several diasporas? With this article we intend to observe the evolution of the concept of Diaspora based in the idea of Said (1994) who argues that the end of colonialism did not stop imperialism. We connected the problematizations made on Diaspora, among others, by Cohen (1997), Hall (1998), Bhabha (1998), Riggs (2000) and Morier-Genoud & Cahen (2013), to the Portuguese case and the idea of Lusophony. Is interculturality, which promotes identity interpenetration, reflected in Diaspora? What happens when combining Diaspora with “portugalidade”? Even if one starts from the idea that “meaning is use” (Wittgenstein, 1958), the ‘naturalization’ of certain realities, ideologically aligned can increase misunderstandings and prevent an ethical dimension, which happens when the ‘other’ comes into play (Eco, 1997).

Keywords: Diaspora, Empire, Lusophony, “portugalidade”, globalization.

1. Diásporas(s)

Qualquer dicionário associa o conceito de “diáspora” a dispersão, em resultado da tradução da palavra grega “diasporá”. De facto, “diáspora” começou por ser uma noção conotada com aqueles que eram literalmente arrancados da sua terra natal e deportados para uma outra, sendo por isso associada à dispersão, como no caso das colónias imigrantes gregas, ou em relação ao extermínio dos judeus. Historicamente, a diáspora desenvolvida na terra de adoção, denotava uma clivagem entre as antigas e as novas culturas. Na atualidade, o conceito está associado à emigração, independentemente das causas que lhe estão subjacentes, e o seu significado tem hoje outro lastro, por via do fenómeno da globalização.

Mas é exatamente por o termo estar associado aos judeus que Stuart Hall refere que, durante muito tempo, o não utilizou por configurar um uso político dominante, e que estava

associado a uma ideia de “limpeza étnica” que não podia defender, embora recorde a existência de relações estreitas entre a diáspora negra e a diáspora judaica, nomeadamente no que concerne ao período da pós-emancipação, em que muitos escritores afro-americanos “exploraram fortemente a experiência judaica como metáfora” (Chen, 1996: 417).

Fred W. Riggs distingue entre os cidadãos que apenas saem do seu país e aqueles que ficam em contato com ele, chamando a atenção para o facto de a palavra diáspora ser utilizada para comportar ambos os sentidos, embora defenda que se deva fazer uma distinção entre eles, observando que existe outra palavra - “dispersão” -, que é muitas vezes usada como sinónimo de diáspora. Este especialista em Ciência Política refere, no entanto, que são versões historicamente diferentes da mesma palavra. Os judeus que saíram ou foram expulsos da antiga Israel e vítimas de perseguições nos países para onde se refugiaram, sempre romantizaram a sua antiga terra natal e sonharam a ela voltar. Quando internacionalmente se deu o reconhecimento de Israel³, muitos judeus espalhados pelo mundo voltaram para a terra que há muito ambicionavam, mas que nunca conheceram, na tradição de um exemplo antigo e ao mesmo tempo moderno, “que envolve vários estados” e que fundamenta “um modelo hoje utilizado em diversos paralelos” (Riggs, 2000: S/P). Ainda assim, refina a utilização dos conceitos, defendendo que o de “dispersão” está ligado ao ato de sair de casa, enquanto o de “diáspora”, ao de ficar em contato, referindo que as dispersões se devem articular com os estudos de migração e imigração. Ou seja: “Aqueles que saem de casa, muitas vezes decidem viver noutra lugar e, no devido tempo, tornam-se parte da terra de acolhimento” (*idem, ibidem*), enquanto as dispersões tendem a dissolver-se “na medida em que os seus membros acabam por perder as suas velhas identidades, assumindo outras novas” (*idem, ibidem*). Lembra, a propósito, que grande parte da literatura sobre a “diáspora” é, substancialmente, parte da literatura sobre imigração e assimilação, “contando a história de quem deixou uma casa e criou novas casas num lugar diferente” (*idem, ibidem*).

Stuart Hall é de opinião que a diáspora é definida pelas conjunturas históricas pessoais e estruturais e que a energia criativa e o seu poder resulta, em parte, dessas tensões não resolvidas. No entanto, sublinha tratar-se de uma questão muito específica e que nunca perde essa especificidade sendo, precisamente, essa a razão invocada para justificar a sua forma de pensar sobre as questões da identidade. Por não ser fixa, defende que a identidade cultural é híbrida, justamente por resultar de especificidades ligadas às formações históricas, às histórias e repertórios culturais de enunciação, que pode, assim, “constituir um ‘posicionamento’, ao qual nós podemos chamar provisoriamente de identidade” (Chen, 1996: 432-433).

E, se no passado, o conceito de “diáspora” teve ramificações regionais específicas de raça, o sociólogo Robin Cohen afirma que hoje a palavra está associada ao espaço transnacional, incluindo todas as raças provenientes das culturas que perderam as suas amarras territoriais devido ao franco desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte (Cohen, 1997: 128). As diásporas contemporâneas “fazem a ponte entre o indivíduo e a sociedade, entre o local e o global” (*idem*: 196), e sincretizam as diversas culturas por formas complexas. No mundo pós-moderno atual, as diásporas são também pós-modernas, já que a complexa interdependência económica global e a interpenetração cultural complica a noção de identidade e de subjetividade nacional. De acordo com Cohen, a pátria das diásporas assenta numa terra adotada emocionalmente e que cruza pelo menos duas culturas. Posicionam-se, assim, “entre os estados-nação e as ‘culturas viajantes’ na medida em que envolvem a habitação num estado-nação no sentido físico, mas viajando num sentido astral ou espiritual, que fica fora dele” (Cohen, 1997: 135). O que quer dizer que as diásporas pós-modernas põem em causa o conceito de ‘estado-nação’, não como um local cultural homogéneo, mas plural, com uma localização subjetiva instrumental.

³ O Estado de Israel foi proclamado em 1948.

Seguindo no mesmo sentido, Riggs refere-se às novas diásporas que decorrem da globalização e da crescente mobilidade das pessoas, da escala planetária da informação, da Internet, e da erosão das fronteiras do estado. Nenhum país pode ser visto hoje como tendo um povo que vive apenas dentro dos limites de um estado, pelo que “todas as nações, em vez disso, são globais no sentido de que, apesar de terem uma pátria, muitos dos seus membros vivem espalhados por todo o globo” (Riggs, 2000: S/P).

Se, por um lado, as diásporas pós-modernas podem ser percebidas como construtoras de comunidades transnacionais, por outro, o entrecruzamento transnacional das suas culturas pode ser visto como uma ameaça à solidariedade nacional. Robin Cohen no livro “Global Diásporas” observa que, por não assimilarem totalmente a cultura dos países de acolhimento e por manterem laços sociopolíticos com a pátria de origem, as diásporas vivem na ambiguidade. É por isso que chama a atenção para o facto de elas encararem o estado-nação não só como uma forma opressiva de organização social, mas também como aquele que protege a liberdade de expressão e a diversidade política. As diásporas não são, assim, nem assimiladoras nem separatistas, mas possuidoras de vários aspetos culturais subjetivos que não podem ser contidos num único local. A sua ambiguidade política e cultural, no entanto, pode ser-lhes desfavorável sendo que a sua existência pode representar uma ameaça para o estado-nação e, mais claramente, pode ser vista como uma força de desmontagem do nacionalismo. Em última análise, a natureza transnacional das diásporas não ajuda à desterritorialização dos estados-nação e à autenticação de identidades sociais estabelecidas.

Já Homi K. Bhabha (“Locais da Cultura”) localiza a produção cultural das diásporas contemporâneas, revelando que as suas subjetividades são formadas num espaço cultural intersticial que apelida de “espaço do além” onde coabitam o passado e o presente. Acredita que a identificação regional e racial e a divisão das pessoas deve deixar de ser fundamentada no cosmopolitismo, propondo uma “revisão radical no próprio conceito de comunidade humana” (Bhabha, 1998:1335). Em vez de tentar dividir e conter as diversas identidades em diferentes tipos nacionais e culturais, Bhabha argumenta que o que é mais crítico na produção cultural contemporânea é a legitimação de temas complexos fora do *mainstream*, como é o caso das diásporas. Desmistifica a sua ambiguidade sociopolítica e o mito da sua ‘homogeneidade nacional’, apelando à sua legitimação cultural que revela uma lógica antinacionalista. A natureza intersticial da subjetividade das diásporas impede que se fixem a um único local (Bhabha, 1998: 1333).

Quer Bhabha, quer Cohen reconhecem que a cultura *high-tech* de hoje e a força do mercado cosmopolita contribuem para a hibridização cultural, que ‘elimina’ territórios nacionais, sendo que as diásporas do mundo pós-moderno desafiam o nacionalismo puro.

Fred W. Riggs categoriza alguns aspetos que afetam as “diásporas”, como a “solidariedade”, o “afeto”, a “extensão”, a “intervenção”, a “concentração”, a “geografia”, a “gênese” e a “dinâmica”. São variáveis (a par de outras possíveis, como refere) que fornecem uma estrutura para fazer comparações entre diferentes estados e nações, incluindo as suas diásporas. Explica que a “solidariedade” deve ser encarada como “a extensão e formas de organização da diáspora” (Riggs, 2010: S/P); o “afeto” no facto de as diásporas “apoiarem ou se oporem aos seus países de origem” (*idem, ibidem*); a “extensão”, como tentativa de “influenciarem, protegerem ou punirem as suas diásporas” (*idem, ibidem*); a “intervenção”, assente nos “esforços para influenciarem as políticas do Estado de acolhimento”; a “concentração”, patente na distribuição geográfica das diásporas; a “geografia”, na localização dos estados onde vivem os cidadãos das diásporas; a “gênese”, que remete para a origem das diásporas; e a “dinâmica”, onde destaca os fatores externos que afetam o comportamento das diásporas.

A este propósito sublinha o facto de os estados serem entidades sem limites globais, tendo uma parte mais limitada correspondente ao seu território (que reputa de anáspora) e

outra ilimitada, no exterior (a diáspora). Para além disso, evidencia que, à luz da teoria das relações internacionais, não é possível encarar os estados como entidades limitadas “interagindo como bolas de bilhar com outros estados” e, ao contrário, que as relações entre estados através das diásporas são bastante complexas, o que acontece tanto interna como externamente. Da mesma forma defende que a política comparada precisa de ter em conta as várias diásporas, pelo que nenhum estado ou nação existe dentro de limites herméticos, já que há “membros de cada estado ou nação que vivem fora das fronteiras dos seus países de origem, e membros de outros estados e nações que vivem dentro das suas fronteiras” (Riggs, 2010: S/P). Indica o fenómeno da globalização como sendo responsável pela complexificação das relações entre estados, na sequência da crescente importância das organizações não-governamentais, das empresas, e das associações e afins, que também provocaram o aumento do tamanho, fluidez e ativismo das diásporas, que fluem em todas as direções e ao mesmo tempo.

Eric Morier-Genoud e Michel Cahen sustentam que “diáspora” é um termo que tem sido amplamente criticado por ser elástico e corresponder a um significado esquivo (*idem*: 9) e citam Christine Chivallon, geógrafo e antropólogo francês que refere que “como categoria analítica, ‘diáspora’ continua a ser uma ferramenta válida para facilitar a nossa abordagem de um universo cultural surpreendentemente instrutivo” (Chivallon, 2011:203, *cit in* Morier-Genoud & Cahen, 2013: 9). Uma definição que, segundo os autores, faz a distinção implícita entre a categoria analítica da diáspora e a sua identidade, nomeadamente no que respeita às noções de “classe em si” e de “classe para si”, lembrando que a teoria marxista refere, por exemplo, que se pode considerar um determinado meio proletariado como ‘categoria analítica’ (a ‘classe em si’, como uma classificação social e económica), mesmo se os proletários em questão não tenham consciência de classe (‘classe para si’) (Morier-Genoud & Cahen, 2013: 9). Ora, nessa perspetiva, o mesmo poderia ser dito em relação à diáspora, embora neste caso particular subsista um problema que decorre do facto de se estar a lidar “com uma questão totalmente subjetiva, não uma categorização social ou económica” (*idem, ibidem*). Os autores dizem não acreditar, por exemplo, na existência de uma diáspora associada às chamadas comunidades lusófonas nos Estados Unidos da América, “a menos que essas pessoas pensem e acreditem que existe um traço comum” (*idem*: 10). Ou seja: “não pode haver diáspora em si mesmo: pode haver uma diáspora só se for por si” (*idem, ibidem*), e, a partir daí, “podemos envolver-nos num estudo de como a diáspora nasce ou é formada historicamente, ao invés de presumir que uma diáspora existe e impõe uma hipótese sobre a realidade, deduzindo fatos a partir da teoria” (*idem, ibidem*).

Eric Morier-Genoud e Michel Cahen referem-se, ainda, à abordagem weberiana de Robin Cohen em relação à diáspora, criando um tipo ideal de conceito que inclui oito características principais: de dispersão ou de expansão da pátria; de memória coletiva e de mito sobre a pátria; de uma idealização do lar ancestral; do desenvolvimento de um movimento de retorno; de uma forte consciência de grupo étnico; de uma conturbada relação com a sociedade de acolhimento; de um senso de empatia e de coresponsabilidade para com as pessoas da mesma raça e, finalmente, relativo à possibilidade de uma vida criativa distintiva (Cohen 2008, 17, *cit in* Morier-Genoud & Cahen, 2013: 10). Fazem, no entanto, uma crítica sobre as características subjacentes à diáspora propostas por Cohen, nomeadamente no que respeita ao ‘fator tempo’, aproximando-se das observações de Riggs (2000), referindo que, para existir, a diáspora carece de historicidade, e que esse desiderato se forma com o tempo.

Stuart Hall repara que a perspetiva diaspórica da cultura pode indiciar uma subversão dos modelos culturais tradicionais orientados para a nação, evidenciado que “a globalização cultural é desterritorializante nos seus efeitos” e que “as suas compreensões espaço-temporais, impulsionadas pelas novas tecnologias, afrouxam os laços entre a cultura e o lugar” (Hall, [2003 [1998]: 36). A alternativa passa, segundo o autor, por deixar cair modelos fechados, unitários e homogêneos de pertença cultural, assumindo as diferenças culturais que estão a transformar o

mundo: “Esse é o caminho da diáspora, que é a trajetória de um povo moderno e de uma cultura moderna” (*idem*: 47).

2. O ‘Império’, a diáspora e o caso português

Edward Said (1994) refere que a ideia de ‘imperialismo’ é controversa, com as suas práticas a assentarem, por exemplo, em atitudes originárias de um centro metropolitano dominante em relação a um governo num território distante. A noção de império consiste numa relação (formal ou informal), em que um Estado controla a soberania efetiva política de outro, seja por meio da força, da colaboração política, ou através da dependência económica, social ou cultural. E, mesmo que o colonialismo tenha acabado, o imperialismo persiste, como refere Said ao nível de uma esfera cultural geral, bem como nas práticas políticas, ideológicas, económicas e sociais específicas. Acrescenta que nem o imperialismo nem o colonialismo representam atos de simples acumulação e aquisição (Said, 1994).

Um dos mitos ideológicos fundadores do Estado Novo destacados por Fernando Rosas (2001) é o “mito imperial”, no seu duplo aspeto de colonizar e evangelizar. Nessa perspetiva, o historiador cita o “Ato Colonial de 1930” (promulgado pelo Decreto n.º 18.570, de 8-7-1930, quando Salazar ocupava interinamente a pasta das Colónias), nomeadamente o seu artigo 2º: “É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar populações indígenas”. O que constituiria, segundo Rosas, “não só um ‘fardo do homem branco’, mas, no discurso imperial do Estado Novo, um fardo do homem português, continuando a gesta heroica dos nautas, dos santos e cavaleiros” (Rosas, 2001: 1035).

Rosas refere “o desígnio mítico da raça” como um aspeto que diz ter sido ideologicamente desenvolvido pelo Estado Novo e que foi concretizado no ideal reencontrado do império “como entidade ontológica e natural-organicista concretizadora dessa vocação”. Citado por Rosas, Armindo Monteiro, ministro das Colónias entre 1931 e 1935 e considerado como a peça fundamental da doutrina ideológica “imperial” do Estado Novo, referia que “Portugal pode apenas ser uma Nação que possui colónias ou pode ser um império. Neste caso ele será a realidade espiritual de que as colónias sejam a concretização”. É à luz desta ideia que se pode compreender a vocação imperial da nação e que, “deste mito imperial se [possa] deduz[ir] como dogma indiscutível a ideia da nação pluricontinental e plurirracial, una, indivisível e inalienável” (Rosas, 2001: 1035). O que pressupunha a diferenciação hierárquica entre a metrópole e as colónias e entre os civilizados e os não-civilizados, sendo que a administração colonial estava centrada em Lisboa e transformava os territórios do ultramar em partes integrantes da nação, ao mesmo tempo que separava as instituições metropolitanas das coloniais.

O ‘império’, essa replicação de Portugal que decorre da epopeia marítima que Agostinho da Silva justificou com a situação geográfica (periférica) de Portugal que terá sentido o apelo do mar, porque, na sua perspetiva, a vida por cá se tornara asfixiante (Borges, 2000), enfatiza uma cultura alegadamente ‘superior’, como assinala Boaventura de Sousa Santos, porque imposta aos outros (aos “gentios”), num quadro em que “sendo a descoberta uma relação de poder e de saber, é o descobridor quem tem mais poder e mais saber?” (Santos, 1999: 49). O Estado Novo recorreu à divisão das sociedades em duas esferas distintas (civilizadas e primitivas) “exigindo a conceptualização de mecanismos capazes de atenuar as diferenças pela absorção gradual da ‘civilização’ por parte daqueles que eram supostos não a possuírem” (Cabecinhas & Cunha, 2003: 9), o que dará lugar à elaboração de diversos projetos assimilacionistas, ignorando as culturas indígenas dos povos colonizados.

As referências sobre a diáspora relativas a Portugal conduzem-nos, quase que inevitavelmente, ao ex-Império, pelo que, a fim de evitar equívocos sobre essa matéria, Morier-Genoud & Cahen sublinham ser necessário discutir esses conceitos-chave - “Império” e

“diáspora” -, que se tornaram tão populares e prevalentes que hoje são polissémicos e, nesse sentido, “muito problemáticos para os utilizar de forma estrita e precisa”. (Morier-Genoud & Cahen, 2013: 7). Os mesmos autores referem que o fato de o Império português ter sido construído sobre uma longa tradição de impérios, com traços culturais específicos (e.g. uma cultura nacional singular, um catolicismo forte e muitos mitos imperiais), com personagens sociais e demográficas exclusivas, conduz à questão da diáspora e das comunidades coloniais. Defendem que a concretização do terceiro Império Português “não foi apenas um trabalho de heróis e sátrapas, de políticos, bispos, empresários ricos e militares, mas também do trabalho das comunidades e das diásporas” (*idem*: 8).

Morier-Genoud & Cahen adiantam que três dos subtipos de diásporas a que se refere Robin Cohen se revelaram importantes para a discussão concretizada no livro “Imperial Migrations. Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World”, que organizaram, destacando em primeiro lugar, a diáspora imperial (ou quase-imperial), em segundo lugar, a diáspora do comércio; e, por último, a diáspora do trabalho (Morier-Genoud & Cahen, 2013: 10). Trata-se de subtipos que correspondem ao Império Português, especialmente se permitirem uma combinação entre si, já que “existem muitos tipos de diásporas e que cada tipo é geralmente variado, com divisões ao longo de género, geração, ou linhas de castas (para citar apenas alguns)” (*idem, ibidem*).

Os autores referem não existir uma resposta definitiva para a questão sobre se houve um espaço português imperial, social e autónomo, distinto do império formal, embora afirmem que, em muito aspetos, isso nunca chegou a acontecer, dado que a maioria dos homens e mulheres portugueses preferia ir para o Brasil, Europa, ou África do Sul ao invés de rumarem para as colónias. O que significa que “o Estado tinha que ter uma ‘mão visível’ para fazer as pessoas irem para os seus territórios imperiais e tornar-se colonos” (Morier-Genoud & Cahen, 2013: 22). Em alguns aspetos, observa-se que o segundo e terceiro Impérios portugueses “deram à luz um tipo de dependência que criou a autonomia de um espaço social da migração após os impérios desmoronarem” (*idem, ibidem*). Assim sendo, as diásporas e as comunidades moveram-se no espaço pós-imperial, referindo a título de exemplo, a ida dos portugueses para o Brasil até à década de 1950, os brasileiros para Portugal depois de Portugal se ter tornado membro da União Europeia, os de origem árabe de Moçambique para Portugal, principalmente depois de 1974, os chineses de Moçambique para o Brasil, retornados de Angola e de Moçambique para Portugal e Brasil depois de 1974, e os cabo-verdianos para Portugal, depois de 1974 mais do que nunca (Morier-Genoud & Cahen, 2013: 22). Outros tentaram, no entanto, permanecer dentro do espaço imperial após a independência, como foi o caso dos cabo-verdianos em São Tomé e Angola, e os indianos em Moçambique. Hoje, algumas pessoas estão de volta às ex-colónias rumando, nomeadamente, a Angola e a Moçambique.

Além da própria descolonização, após a independência continuaram presentes alguns elementos ideológicos, mesmo entre as diásporas, não obstante tenham sido manipulados e reinventados durante o período de submissão formal, altura em que, acrescentam, o Terceiro Império não tinha falta de rentabilidade, embora fosse pouco povoado. Nesse sentido, os autores perguntam se isso não fez com que se inaugurasse um tipo de vitória que apelidam de “*postmortem*” (Morier-Genoud & Cahen, 2013: 22-23) ...

3. Diáspora, lusofonia e alguns equívocos

A ideia avançada no parágrafo anterior por Morier-Genoud & Cahen (2013) quando se referem à vitória “*postmortem*” da colonização portuguesa sugere, ainda que lateralmente, uma dinâmica de “regresso das caravelas”, que consubstancia de certa forma o que Miguel Real (2012) escreve sobre a lusofonia que, mesmo que assumida como espaço cultural, é encarada enquanto ‘vocalização’ histórica portuguesa. O ensaísta refere que o “espírito europeu” definiu a atual configuração do mundo; que a Europa se encontra “em estado de esgotamento histórico”, requerendo a rápida revitalização das suas nações constituintes; que hoje se procede a uma

separação entre o “lugar natural” de Portugal, que é aquele conservado na comunidade dos Estados europeus, e o seu “lugar histórico” (realizado na dimensão da ‘Lusofonia’) e, por último, o diálogo com a ideia de um “destino histórico” para Portugal, proposta inicialmente por Jorge Borges de Macedo, que Real atualiza para “vocação histórica” (Real, 2012: 123-131).

Ora, a lusofonia é uma palavra ambígua, afigurando-se problemática mesmo junto dos membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa-CPLP, como assinalam Brito & Bastos (2006), recordando que a sua etimologia remete para uma centralidade portuguesa. De resto, a palavra, nem sequer conseguiu entrar no documento oficial que criou a CPLP, em 17 de julho de 1996.

O facto é que ‘lusofonia’ passa a consagra o lexical no dicionário da Academia de Ciências de Lisboa em 2001, sendo traduzida como “qualidade de ser português, de falar português; o que   próprio da língua portuguesa”, como “comunidade formada pelos países e povos que têm o português como língua materna ou oficial”, e como “difusão da língua portuguesa no mundo” (Casteleiro, 2001: 2310). O dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2003) salienta que o termo existe desde 1950 (Houaiss & Franco, 2003 [2011]: 2323).

Muito embora Alfredo Margarido refira que a lusofonia “não pode separar-se de uma certa carga messiânica, que procura assegurar aos portugueses inquietos um futuro senão promissor” (Margarido, 2000: 12) e Eduardo Lourenço assinale que a lusofonia não constitui “nenhum reino, mesmo encartadamente folclórico” e que tem subjacente “a genealogia que a distingue entre outras línguas românicas e a memória cultural que, consciente ou inconscientemente, a ela se vincula” (Lourenço, 2004: 174). O certo é que o seu significado extravasa, segundo Moisés de Lemos Martins, o conceito de “objecto de mera curiosidade histórico-linguística ou até histórico-cultural” (Martins, 2006: 17), tratando-se de um tema que congrega interesses “que têm a ver não apenas com aquilo que os países lusófonos são como língua e cultura no passado, mas também, sobretudo, com o presente e com o destino do ‘continente imaterial’ que estes países constituem” (*idem, ibidem*).

Torna-se claro que a ideia de lusofonia não   pacífica, existindo várias tensões entre lógicas assentes nos ex-colonizados, de um lado, e nos ex-colonizadores, do outro. É por isso que Moisés de Lemos Martins (no prelo) enumera quatro equívocos que defende ser necessário desconstruir: o equívoco da centralidade portuguesa; o equívoco da reconstru o de narrativas do antigo império em contexto pós-colonial (hoje com propósitos neocoloniais, sejam eles conscientes ou inconscientes); o equívoco do luso-tropicalismo e da ideia de coloniza o doce (renascente e redivivo, que hoje tanto pode glorificar o antigo país colonial como exaltar os atuais países independentes); e, finalmente, o equívoco da narrativa de uma história do ressentimento (resultante de algum discurso pós-colonial, que se constitui como uma espécie de vindicta). Neste contexto, Manuela Ribeiro Sanches (2001) assinala que o passado insiste, qual recalramento, em vir à tona, apresentando pares de sentimentos opostos (como, por exemplo, descoloniza o exemplar e descoloniza o catastrófica; as gera es nostálgicas da ‘África Minha’ e as críticas do passado colonial), pelo que urge que o olhar seja distanciado dos acontecimentos.

4. Diáspora e ‘portugalidade’: um contrassenso?

No livro “Portugal pelo Mundo Disperso”   retomada a perspetiva de que os portugueses sempre sentiram o apelo da partida, justificada com a localiza o geográfica do país, “na encruzilhada de rotas muito antigas, andadas por muitas e variadas gentes de muitas e variadas proveniências” (Cid, Alves, Blayer & Fagundes, 2013: 11), apontando como eventuais justifica es a mera aventura ou a procura de melhores condi es de vida. Os vestígios da presença dos portugueses no mundo são evidentes desde épocas remotas e, mais recentemente, o fen meno da emigra o “tornou a questão do que já se pode designar como diáspora portuguesa num fen meno que fez e continua a fazer parte do quotidiano nacional, e que se

impôs como algo que a identidade coletiva do país passou, por assim dizer, a incluir” (Cid, Alves, Blayer & Fagundes, 2013: 11).

É por isso que continua a ser necessário considerar a diáspora portuguesa no seu dinamismo e constante modificação, para melhor a conhecer na diversidade das suas manifestações, sejam elas de ordem geográfica ou cultural em sentido amplo, e, acima de tudo, para melhor a apreciar, valorizando-a como presença portuguesa no mundo (Cid, Alves, Blayer & Fagundes, 2013: 11-12).

Trata-se de uma presença que “se distingue pela sua vocação muito definida de abertura ao outro” (*idem*: 12), por ter sido marcada pelo relacionamento com diferentes comunidades, e num espírito de intermediação cultural (*idem, ibidem*).

Mas não se julgue que esta é uma ideia consensual. Eduardo Lourenço, considerado como um dos maiores pensadores portugueses, por exemplo, rejeita a ideia de diáspora e, a propósito do espaço lusófono, refere mesmo que este não se confunde com o conceito, explicando que “o angolano, o moçambicano, o cabo-verdiano não são o produto de nenhuma diáspora” (Lourenço, 2004 [1999]: 189). De resto, afirma ser uma “aberração (...) que a nossa longa gesta emigrante, de continentais, madeirenses, açorianos, seja percebida como diáspora” (*idem, ibidem*).

Diáspora é uma dispersão que, pela força, nos priva da pátria. Se essa designação se transformou em lugar-comum, é talvez apenas porque para a consciência ressentida ou amorosamente ferida dos que ficam na sua ‘concha’, usando a linguagem açoriana de Vitorino Nemésio, o *emigrar* aparece como uma espécie de *culpa*, de punição de quem parte. Punição sem sujeito, mas também *libertação*, anseio de melhor vida ou de outro mundo menos especialmente confinado (Lourenço, 2004 [1999]: 189).

Embora afirme compreender Lourenço, Onésimo Teotónio Almeida (2013) sublinha não concordar com a sua opinião em relação ao conceito de diáspora e, mesmo que admita entender a sua rejeição em relação ao termo, invoca Wittgenstein que advogou que “o sentido é o uso”⁴, para observar que o significado há muito que se descolou do povo judeu, facto que estará na base da atitude do ensaísta. Por isso, vê com naturalidade a vulgarização da palavra (Almeida, 2013: 215).

Sheila Khan defende ser necessário ponderar as relações que existiram, durante séculos, entre Portugal e as suas colónias africanas, mesmo tendo presentes as circunstâncias em que ocorreram e que, “não obstante, foram produzindo nichos e universos de interculturalidade e de vivências mescladas, criouizadas, hibridismos entre colonizados e colonizadores e que, indubitavelmente, se espraiam até aos dias de hoje” (Khan, 2008: 97-98). Retomando as ideias de Stuart Hall em relação à existência de uma interculturalidade colonial, a propósito das continuidades históricas e culturais na pós-modernidade, a investigadora refere que “será importante pensar que estes mesmos hibridismos e intercâmbios culturais também se prolongaram até ao presente pós-colonial” (*idem*: 98).

Quando se convoca o discurso político para a discussão em torno da diáspora podemos, no entanto, observar algumas incongruências e, até, algum contrassenso na retórica utilizada relativamente às investigações académicas na área. Neste caso concreto está a associação, aparentemente improvável da diáspora à palavra “portugalidade”. Mesmo que não esteja tipificada nos dicionários de referência de língua portuguesa e que os dicionários mais comuns, como é o caso do que é editado pela “Porto Editora”, traduzam “portugalidade” como “qualidade

⁴ “Se tivéssemos de nomear a vida do signo, teríamos de dizer que a vida do signo é o seu uso” [Wittgenstein, L. (1958) *The Blue and Brown Books*, Oxford: Blackwell, 4].

do que é português”, ou “sentido verdadeiramente nacional da cultura portuguesa” (Costa & Melo, 1995), a sua cunhagem é balizada pelo portal Ciberdúvidas da Língua Portuguesa (uma parceria da Sociedade da Língua Portuguesa e do Ministério da Educação) nas décadas de 50 e 60 do século XX⁵, portanto, em pleno Estado Novo⁶. Um conceito, desde logo, centrado no ‘eu’ (Portugal) e que pode ser contextualizado na ideia de “Portugal do Minho a Timor”⁷.

Quem tem utilizado de forma recorrente a palavra “portugalidade” nos seus discursos é o presidente da República, Cavaco Silva. Ainda no 10 de junho de 2013, no âmbito das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, realizadas em Elvas, numa comunicação deixada no portal da Presidência da República, para além de a ela se referir, associa-a à diáspora:

Tenho apelado a que a diáspora seja uma embaixada de Portugal nos vários continentes. Pelo prestígio que detém os seus membros, pelas raízes que souberam criar em tantos países, mas também pelo facto de manterem laços profundos com Portugal, as comunidades da diáspora devem mobilizar-se como agentes ativos da portugalidade, dando a conhecer ao mundo a realidade do nosso país⁸.

Silva Peneda, presidente da Comissão Organizadora do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas de 2013, seguiu o mesmo trilha do presidente da República, afirmando no seu discurso ser necessário “reforçar a nossa diáspora, que tem a marca da ‘portugalidade’”.

No caso de Cavaco Silva, as referências a termos que se podem associar ao Estado Novo podem encontrar-se em vários momentos. No ano de 2008, por exemplo, em Viana do Castelo, por ocasião do “Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas”, sublinhava que não comentaria determinada notícia com a justificação de que estava “a presidir ao ‘Dia da Raça’”⁹, designação que o Estado Novo utilizava para as comemorações do 10 de junho e que cairia com o 25 de abril. No ano seguinte, em comemorações análogas, desta feita em Santarém, apelou ao ‘espírito de portugalidade’, prometendo continuar a contribuir para que os emigrantes aumentem a sua participação cívica e política nos ‘tempos incertos que vivemos’¹⁰.

“Portugalidade” e diáspora foram termos também utilizados em associação em sede de Assembleia da República. Em 1996, Cruz Abecassis, deputado do CDS/PP, em plena discussão de um projeto de resolução apresentado pelo seu grupo parlamentar sobre a constituição de uma

⁵ Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, texto da autoria de João Carreira Bom, 7/4/2000 [informação disponível em <http://tinyurl.com/2uanuhv>, acedida em novembro de 2010].

⁶ Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, texto da autoria de Conceição Duarte, 14/2/2005, [informação disponível em <http://tinyurl.com/2ueratv>, acedida em novembro de 2010].

⁷ O *slogan* do Estado Novo começou em 1951 com a revogação do “Ato Colonial”. (...) O Governo português passa a defender que Portugal seria um todo uno e indivisível, do Minho a Timor, em que todas as colónias passariam a ser províncias, tal como as outras que existiam na metrópole. Foi desenvolvida a partir daí, toda uma retórica destinada a sustentar um mito que apoiasse a ideia de que não haveria razões para o desenvolvimento de movimentos de independências nos territórios portugueses de África e da Ásia, esbatendo as diferenças que pudessem existir. É a 27 de abril desse ano - 16 anos após o início da Assembleia Nacional (AN) - que os deputados começam a introduzir a palavra ‘portugalidade’ nos seus discursos, servindo a AN, através do único partido existente, a União Nacional, de eco da governação, disseminando a ideologia do Estado Novo [Sousa, V. (2013) “Fantasia Lusitana”, de João Canijo: O Portugal ficcional vs. o país real. O Estado Novo e a ‘portugalidade’. A construção da identidade’, in Valente, A. C. V. & Capucho, R. (2013) *Avanca Cinema 2013 International Conference*, Avanca: Edições Cine-Clube de Avanca, pp. 623-630, ISBN 978-989-96858-3-3].

⁸ Mensagem dirigida às Comunidades Portuguesas na página da Presidência da República, integrada nas comemorações do 10 de junho de 2013, em Elvas [informação disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=37&idi=74400>, acedida em 9/6/2013].

⁹ [Informação disponível em <http://tinyurl.com/83q4l7y>, acedida em maio de 2012].

¹⁰ [Informação disponível em <http://tinyurl.com/7hqe82s>, acedida em maio de 2012].

comissão eventual destinada a promover o projeto de uma comunidade de países de língua portuguesa, propunha a inserção de uma “enorme capacidade cultural, humana e até económica, que é a portugalidade na diáspora, com todas as suas empresas, toda a sua capacidade cultural e intelectual e toda a sua riqueza humana”¹¹.

Ora, referindo-se à lusofonia, Eduardo Lourenço, deixa claro que “aquilo que [lhe] permitiria atribuir a verdadeira realidade e sentido (...) não pode, nem sequer metaforicamente, ser pensado e imaginado como espaço de portugalidade. (Lourenço, 2004 [1999]: 186). E, como assinala Alfredo Margarido, pensar a lusofonia, pressupõe a contemplação de um ‘outro’ e não a existência de uma via apenas: “O inventário das contradições por assim dizer inerentes ao discurso ‘lusófono’ não pode deixar de lado a importância da negação da história dos Outros” (Margarido, 2000: 47).

Não obstante, na AR, seja através dos discursos de alguns deputados, ou por intermédio de intervenções de alguns governantes, não raro é feita a associação entre lusofonia e “portugalidade”. E, embora seja a denominada ‘direita parlamentar’ a promover a ligação entre ambas as palavras, também há responsáveis conotados com a denominada esquerda a fazê-lo. A língua é quase sempre o pretexto para justificar essa ligação, o que pouco varia em relação à forma como a Assembleia Nacional (1935-1974) reforçava, em regime de partido único (a União Nacional), as linhas-mestras do Estado Novo.

Quando Cavaco Silva se refere à diáspora, é possível que o faça com um objetivo económico, já que se trata de um político com formação na área. De resto, num estudo sobre as trocas comerciais entre a China e Portugal, Miguel Santos Neves e Maria Beatriz Rocha-Trindade, observam que não obstante as iniciativas tradicionais de manutenção dos laços culturais e de atração de remessas numa lógica passiva, “Portugal não tem tido uma estratégia proactiva de mobilização da sua Diáspora na perspetiva do reforço da capacidade de resposta aos desafios da globalização e da sua integração como fator estratégico da política externa portuguesa” (Neves & Rocha-Trindade, 2008: 185).

Então, a que “portugalidade” se refere Cavaco Silva? Partindo do princípio de que, como já vimos, a palavra não faz parte dos dicionários de referência, mas adotando o significado fornecido pelos dicionários mais comuns - “sentido verdadeiramente nacional da cultura portuguesa” (Costa & Melo, 1995) -, como colocar em prática essa ideia sublinhada pelo advérbio de modo ‘verdadeiramente’, que julgamos ser impossível de tipificar? Será que o atual Presidente da República se reporta ao que escreveu Alfred Döblin (1996 [1949]), quando se referia ao ato de cuspir para o chão como uma das características dos portugueses? Ou, utilizando as palavras de um escritor português de referência, como é o caso de Jorge de Sena, que ilustrou alguma vivência portuguesa, afirmando em tons de piada, como o próprio reconhece,

que Portugal não se salva, enquanto todos os portugueses não forem obrigados, por lei, a fazer um estágio no estrangeiro, mas proibidos de se encontrarem uns com os outros. Esta proibição é da maior importância, para impedi-los de assarem coletivamente sardinhas, cozerem bacalhau com fervor nacionalista, ou trocarem, sofregamente, as últimas novidades do Chiado (Sena, 2013: 59).

Ou, será que Cavaco Silva refere ao mundo do futebol, ou do fado ou, mesmo, da Ciência, empunhando a bandeira de Eusébio, Amália, Mourinho, Cristiano Ronaldo, ou António Damásio? Ou ao uso do ‘Galo de Barcelos’, ou às comezainas coletivas de ‘sardinha assada’ regadas com vinho tinto? José Saramago não estará certamente incluído neste rol, sabendo-se das atitudes

¹¹ VII Legislatura, sessão 1, nº 23, de 05-01-1996, diário de 06-01-1996, p. 657 [Informação disponível em <http://debates.parlamento.pt/?pid=r3>, acedida em maio de 2012].

públicas (muitas vezes de omissão) do Presidente da República em relação ao Prémio Nobel da Literatura, que não deve pertencer ao imaginário da “portugalidade” que Cavaco Silva apregoa, mas que não impediu quando morreu de ser ‘homenageado’ com um voto de pesar do Parlamento português onde, ironicamente, se evocava a sua “portugalidade”¹²...

5. Notas finais

A noção de diáspora, como já vimos, tem um ângulo bastante aberto, pelo que a sua utilização, nomeadamente pela classe política, pode gerar equívocos, designadamente quando é associada a outros conceitos bem datados e ideologicamente datados, como é o caso da “portugalidade”. Contextualizar o termo e utilizá-lo, disseminando o seu uso, no sentido que lhe atribuí Wittgenstein (“O sentido é o uso”), pode esbater esses equívocos e obstar a que se naturalize o seu significado inicial, indutor de um sentido bem definido.

Associando a diáspora à emigração, há que distinguir entre a que provoca ou está na génese de uma série de constrangimentos - como refere Stuart Hall ao evidenciar que fatores como a pobreza, o subdesenvolvimento ou a falta de oportunidades, que reputa como “legados do Império em toda parte” (Hall, 2003 [1998]: 28), podem forçar as pessoas a migrar -, com a que é destacada, por exemplo, em programas televisivos de informação, em que é mostrado o lado idílico da vivência dos cidadãos no país que não é o seu, mas onde estão por vontade própria e com uma posição social relevante¹³, numa lógica assente em ‘notícias pela positiva’, o que não corresponde, verdadeiramente, nem minimamente, ao que acontece em termos gerais.

Sheila Khan refere que “o desejo compulsivo de uma recriação identitária sinaliza a presença de exílios identitários e, simultaneamente, pátrios, pois a impossibilidade de identificação quer com uma narrativa subjetiva que seja coerente, quer com uma ‘pátria’ é, marcadamente, inexistente” (Khan, 2008, 105). Desse modo, refere que “a consciência das pátrias e identidades imaginadas coloca-nos na senda dos rostos do exílio e do exilado” (*idem, ibidem*), sendo certo que “o exilado sabe que, num mundo secular e contingente, as pátrias são sempre provisórias” (*idem, ibidem*).

E mesmo que os políticos utilizem a expressão diáspora para tipificarem uma série de ligações à pátria, o facto é que isso pode não passar de mera retórica, bastando ter em atenção as críticas que são feitas em relação ao desinvestimento do ensino da língua portuguesa no estrangeiro¹⁴.

Stuart Hall refere que o conceito de diáspora assenta numa conceção binária de diferença, “na ideia que depende da construção de um ‘outro’, e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora” (Hall, 2003 [1998]: 36). De resto, é a entrada do ‘outro’ que determina o começo de uma dimensão ética, como refere Umberto Eco (1998: 93), numa ideia partilhada por Maria Manuel Baptista, que lhe acrescenta outras dimensões: “O Outro, seja ele quem for (...) só pode ser acedido, não a partir da epistemologia, mas da ética e, eventualmente, de um modelo hermenêutico que se inspire numa certa estética” (Baptista, 2006: 171). Dominique Wolton refere-se a um ‘outro’ “que já não é abstrato nem distante, mas omnipresente, sem porém ser mais familiar ou compreensível” (Wolton, 2003: 183), sendo que esse ‘outro’ é entendido já como uma realidade sociológica, que “obriga a levar em conta todos os elementos da diversidade cultural, mas também todos os elementos que estabelecem laços, à escala das sociedades” (*idem, ibidem*).

¹² XI Legislatura, sessão 1, nº 71, de 23-06-2010, diário de 24-06-2010, p. 12 [Informação disponível em <http://debates.parlamento.pt/?pid=r3>, acedida em maio de 2012].

¹³ Um desses exemplos é o programa da televisão pública portuguesa (RTP), “Portugueses no Mundo” [informação disponível em <http://www.rtp.pt/play/p518/portugueses-no-mundo>, acedida em 25/09/2013].

¹⁴ [informação disponível em <http://www.fenprof.pt/?aba=75&mid=204&cat=333&doc=6317>, acedida em 25/09/2013].

É nesse sentido que à diáspora deve estar associada à interculturalidade o que, no caso português, deverá passar por toda uma abertura de modo a equacionar a pós-colonialidade integrando todas as partes participantes em todo o processo (Khan, 2008: 105).

Referências

- Almeida, O. T. (2013) 'J. R. Miguéis, Jorge de Sena, Alberto de Lacerda e outros escritores lusos exilados (asilados?) no universo norte-americano', in Cid, T., Alves, T. F. A., Blayer, I. M. F. & Fagundes, F. C. (Coord.) (2013) *Portugal pelo Mundo Disperso*, Lisboa: Tinta da China, ISBN: 978-989-671-165-8, pp. 215-229.
- Baptista, M. M. (2006) 'A Questão do Outro na Europa da Cultura', in Cunha, N. & Costa, A. S. (2006) *Europa, Globalização e Multiculturalismo*, Famalicão: Ausência, ISBN 989-553-234-2, pp. 167-179.
- Bhabha, H. K. (1998) 'Locations of Culture', in Richter, D. H. (Ed.) (1998) *The Critical Tradition*, Boston: Bedford Books, ISBN: 9780312101060, pp. 1331-1344.
- Borges, P. (org.) (2000) *Ensaio Sobre Cultura Portuguesa e Literatura Portuguesa e Brasileira I*, Lisboa: Âncora.
- Brito, R. H. P. & Bastos, N. M. B. (2006) 'Dimensão semântica e perspectiva do real: comentários em torno do conceito de lusofonia', in Martins, M. L., Sousa, H. & Cabecinhas, R. (eds.) *Comunicação e lusofonia*. Porto: Campo das Letras, ISBN 978-989-625-119-2, pp. 65-77.
- Cabecinhas, R. & Cunha, L. (2003) 'Colonialismo, identidade nacional e representações do "negro"', *Estudos do Século XX*, 3, pp. 157-184 [<http://tinyurl.com/296jzt4>, novembro 2010].
- Casteleiro, J. M. (Coord.) (2001) *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa/Verbo.
- Chen, K.-H. (1996) 'A Formação de um Intelectual Diaspórico. Uma Entrevista com Stuart Hall, de Kuan-Hsing Chen' [Morley, D. & Chen, K.-H. (Org.). *Stuart Hall: Dialogues in Cultural Studies*, London: Routledge, 1996], in Liv Sovik, L. (org). 2003, *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*, Belo Horizonte: UFMG/UNESCO, ISBN 85-7041-356-4, pp. 409-434.
- Cid, T., Alves, T. F. A., Blayer, I. M. F. & Fagundes, F. C. (Coord.) (2013) 'Introdução', in Cid, T., Alves, T. F. A., Blayer, I. M. F. & Fagundes, F. C. (Coord.) (2013) *Portugal pelo Mundo Disperso*, Lisboa: Tinta da China, ISBN: 978-989-671-165-8, pp. 11-16.
- Cohen, R. (1997) *Global Diasporas*, Seattle, WA: University of Washington Press, ISBN 978-029-597-619-8.
- Costa, J. A. & Melo, A. S. (1995) *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto: Porto Editora.
- Döblin, A. (1996 [1949]) *Viagem ao Destino*, Porto: Edições ASA, ISBN: 978-972-411-705-8.
- Eco, U. (1998) *Cinco Escritos Morais*, Algés: Difel, ISBN 972-29-0432-9.
- Hall, S. (2003, [1998]) 'Pensando a Diáspora (Reflexões Sobre a Terra no Exterior)', in Liv Sovik, L. (Org) (2003) *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*, Belo Horizonte: UFMG/UNESCO, ISBN 85-7041-356-4, pp. 25-50.
- Houaiss A., Villar M. S. & Franco F.M. (2003 [2011]) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Khan, S. (2008) 'Do pós-colonialismo do quotidiano às identidades hifenizadas: identidades em exílios pátrios?', in Cabecinhas, R. & Cunha, L. (2008) *Comunicação intercultural. Perspectivas, dilemas e desafios*, Porto: Campo das Letras, ISBN 978-989-625-350-9, pp. 95-108.
- Lourenço, E. (2004 [1999]) *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa: Gradiva, ISBN: 972-662-703-6.
- Margarido, A. (2000) *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. ISBN 972-8296-63-0.

- Martins, M. L. (no prelo) *Língua Portuguesa, Globalização e Lusofonia*, (aprazado para abril de 2014, no II CONFIBERCOM, a realizar na Universidade do Minho, em Braga).
- Martins, M. L. (2006) 'Continente imaterial', in Martins, M. L., Sousa, H. & Cabecinhas, R. (eds.) (2006) *Comunicação e lusofonia - para uma abordagem crítica da cultura e dos media*, Porto: Campo das Letras/CECS-UMinho, ISBN: 978-989-625-119-2, pp. 15-18.
- Morier-Genoud, E. & Cahen, M. (2013) 'Introduction: Portugal, Empire, and Migrations – Was There Ever an Autonomous Social Imperial Space?', in *Imperial Migrations. Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World*, Hampshire: Palgrave Macmillan, ISBN: 978-0-230-35369-5, pp. 1- 28.
- Neves, M. S. & e Rocha-Trindade, M. B. (2008) "As Diásporas e a Globalização – a Comunidade de Negócios Chinesa em Portugal e a Integração da China na Economia Global", in *Revista Migrações - Número Temático Empreendedorismo Imigrante, Outubro 2008, n.º 3*, Lisboa: ACIDI, pp. 165-189.
- Real, M. (2012) *A Vocação Histórica de Portugal*, Lisboa: Esfera do Caos Editores, ISBN 978-989-680-057-4.
- Riggs, F. W. (2000) *Diasporas and Ethnic Nations. Causes and Consequences of Globalization* [artigo disponível em <http://www2.hawaii.edu/~fredr/diaglo.htm#definition>, acedido em 21/9/2013].
- Rosas, F. (2001) 'O Salazarismo e o Homem Novo: Ensaio sobre o Estado Novo e a Questão do Totalitarismo', in *Análise Social*, vol. XXXV (157), Lisboa: ICS, pp. 1031-1054.
- Said, E. W. (1994) *Culture and Imperialism*, London: Vintage, ISBN 067-975-054-1.
- Sanches, M. R. (Org.) (2011) *Malhas que os Impérios Tecem. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*, Lisboa: Edições 70, ISBN 9789724416519.
- Santos, B. S. (1999) 'O Oriente: entre diferenças e desencontros', in *Notícias do Milénio* ("Diário de Notícias", 8-7-1999), pp. 44-51.
- Sena, J. (2013) *Entrevistas, 1958-1978*, Lisboa: Guimarães Editores/Babel, ISBN 978-972-665-679-1.
- Wolton, D. (2004 [2003]) *A Outra Globalização*, Lisboa: Difel, ISBN 972-29-0697-6.